

**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA:  
COLETIVO NEGRO COMO POSSIBILIDADE DE ARTICULAÇÃO  
E LUTA POR RECONHECIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**ANTI-RACIST EDUCATION:  
BLACK COLLECTIVE AS A POSSIBILITY OF ARTICULATION  
AND STRUGGLE FOR RECOGNITION IN BASIC EDUCATION**

Cleiton Donizete Corrêa Tereza\*  
Fernanda Gabriela de Rezende Casagrande\*\*

**RESUMO:** O Coletivo Negro, formado por estudantes, educadores e educadoras da Escola Estadual David Campista, localizada em Poços de Caldas, no sul do estado de Minas Gerais, foi organizado a partir de 2022, visando a fomentar estudos e ações antirracistas, além de colaborar para a efetivação da legislação que instituiu a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-brasileira nas instituições escolares brasileiras. Apresentamos, neste artigo, no formato de relato de experiência, as atividades deste coletivo. Estabelecemos um registro histórico do movimento e da realidade escolar, e constituímos uma peça que visa a provocar reflexões e instigar a articulação de outros movimentos e estratégias de mobilização para o combate ao racismo e a luta por uma educação que valorize as diversidades. O grupo se reúne periodicamente, quando são realizados estudos temáticos, organizadas apresentações em outras instituições de ensino e na Superintendência Regional de Ensino (SRE), articulando a luta contra o trato burocrático das questões raciais no contexto escolar e contra o avanço do neoliberalismo excludente, que tem sido colocado em prática por meio do Novo Ensino Médio (NEM), e promovendo ainda ações para engajamento de estudantes, educadores e educadoras, como a mostra de filmes e as oficinas. Para a organização e a subversão crítica no espaço escolar, as atividades do Coletivo Negro da E. E. David Campista buscam questionar os construtos coloniais, visando a uma sociedade mais justa.

**Palavras-chave:** Educação antirracista, Coletivo negro, Educação básica, Juventudes, Movimento social.

**ABSTRACT:** The Black Collective was organized from 2022 onwards, formed by students and educators at the David Campista State School, located in Poços de Caldas in the south of the state of Minas Gerais, aiming to promote anti-racist studies and actions, including to contribute to the implementation of states' legislations, that established the mandatory of teaching Afro-Brazilian history and culture in educational institutions. In this article, in the format of an experience report, we present the activities of this collective which, reconstituting a historical record of the movement and of the

\* Doutorado em Humanidades pela USP. Docente da USP. Contato: cleitondct@gmail.com

\*\* Doutoranda em Educação Física pela UNICAMP. Contato: fer.gab.rez.cas@gmail.com

school, and a piece that provokes reflections and, perhaps, instigates the articulation of other movements and mobilization strategies to combat racism, for an education that values diversity. The group meets periodically, and thematic studies are carried out at these meetings, presentations are organized in other educational institutions and at the Regional Superintendency of Education (SRE), and also to promote the articulation of the fight against the bureaucratic treatment of racial issues in schools and the advance of exclusionary neoliberalism through the New Secondary Education (NEM), and actions to engage all students and educators, such as exhibition of films and workshops. For the organization and critical subversion in the school space, the activities of the “Coletivo Negro” (Black Collective) at the David Campista State School has questioned the colonial constructs with the objective to create a more just society.

**Keywords:** Anti-racist education, Black collective, Basic education, Youth, Social movement.

## INTRODUÇÃO

Há mais de duas décadas, foi aprovada a Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003), que instituiu a obrigatoriedade dos estudos da História e Cultura Afro-brasileira nas instituições escolares. Depois, a Lei nº 11.645/2008 (Brasil, 2008) promoveu a ampliação para a presença das construções históricas e culturais dos povos indígenas. As legislações procuram atender à necessidade de uma educação que considere o princípio de equidade, buscando a desconstrução de premissas estabelecidas no cotidiano escolar, que, muitas vezes, subjugam os(as) oprimidos(as).

É de conhecimento público que ainda há muito a fazer. Existem escolas, profissionais da educação e redes de ensino que não incorporam e desenvolvem as temáticas afro e indígena, seja por dificuldades em termos de conhecimento e formação, acomodação sistêmica em favor dos conteúdos técnico-informativos curriculares excludentes ou até, de maneira proposital, em conformidade com ideologias reacionárias preconceituosas. Além disso, muitas vezes, a incorporação das temáticas afro-brasileiras e indígenas se dá dentro de um currículo turístico, sendo tratadas de forma superficial e estereotipada, conforme datas comemorativas.

A inclusão das temáticas afro-brasileiras nos currículos escolares foi uma das diversas ações construídas com muita luta pelo movimento negro brasileiro, organizado para combater o racismo que prejudica nossa sociedade, com

consequências trágicas para a população negra e indígena em nosso território. Embora a conquista esteja respaldada legalmente, percebemos as correntes neoliberais e o obscurantismo avançando também na educação, buscando perpetuar uma escola opressora, que trata toda forma crítica e engajada de educação como um problema.

Os coletivos são termos antigos, diretamente ligados às antigas formas de organização de lutas sociais, tratando-se de grupos de indivíduos que se unem para atingir objetivos comuns, debatendo, compartilhando e lutando por interesses do grupo. Os coletivos no Brasil avançaram após a redemocratização. Neles, as diversas minorias se articulam e lutam por representatividade (Guimarães; Rios; Sotero, 2020). No que tange a questão étnico-racial, de acordo com Cida Bento (2022), existem pactos não verbalizados e não formalizados, criados para manter as situações de privilégio racial, por isso, os movimentos sociais negros, caracterizados pela coletividade, são importantes, contudo, são vistos como ameaçadores, pois denunciam e exigem reparação.

Visando a fomentar estudos e ações antirracistas, na Escola Estadual David Campista, no Município de Poços de Caldas, localizado no Sul do Estado de Minas Gerais, colaborando para a efetiva realização do que afirma a legislação, com autenticidade, foi organizado, a partir de 2022, o Coletivo Negro, formado por estudantes, educadores e educadoras. Esse coletivo se entende como um movimento social no interior da escola, portanto ele é da escola, no sentido em que seus(suas) integrantes e suas pautas são direcionados essencialmente para a atuação na unidade escolar, nessa comunidade da qual fazem parte. Porém o coletivo preza por sua autonomia, exercida de forma dialógica com a gestão da instituição, para que as atividades do grupo sejam constantes e significativas para os(as) próprios(as) membros(as) e para a escola, escapando das limitações das determinações institucionais, com tendências a eventos pontuais e protocolares sem a devida processualidade e organicidade, almejando transformações estruturais.

Feita essa enunciação, neste artigo, em formato de relato de experiência, apresentamos as atividades do Coletivo Negro da E. E. David Campista. Por meio de uma escrita principalmente descritiva, constitui um registro histórico do

movimento e da escola e, ao mesmo tempo, uma peça a provocar reflexões e, talvez, instigar à articulação de outros movimentos e estratégias de mobilização, de combate ao racismo, reconhecimento e valorização das diversidades nos espaços escolares, com reverberações socioeducativas fundamentadas em princípios emancipatórios.

## **CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA E HISTÓRICA**

Todo educador(a), pesquisador(a), político(a) ou cidadão(ã), sem uma participação ativa na vida pública, que se proponha a pensar seriamente a sociedade brasileira e a apresentar sugestões programáticas, com vistas à melhoria das condições de vida da população, com respeito aos direitos humanos fundamentais, precisa considerar essencialmente as questões étnico-raciais. Para ser mais específico, precisa considerar o processo violento de construção de um país colonizado majoritariamente por portugueses, tendo como sustentáculo a escravização de negros trazidos do continente africano e as guerras contra comunidades indígenas por territórios e suas riquezas, justificados por ideologias de hierarquização. A história da constituição do Brasil (suas instituições, manifestações culturais, modelos de governo, estruturas econômicas, elaborações mentais) tem como traço basilar a submissão de contingentes populacionais a serem explorados, humilhados, saqueados, em última instância, desumanizados, como parte do projeto brasileiro, com reações desses grupos marginalizados e os desdobramentos desses embates (Souza, 2021).

De tal forma, há uma produção intelectual significativa sobre as questões raciais no Brasil, como as de Lima Barreto, Abdias do Nascimento, Florestan Fernandes e Lélia Gonzales. Porém, como tem sido amplamente discutido, as perspectivas de democracia racial e cordialidade brasileiras, advindas das obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, respectivamente, têm sido usadas sistematicamente para a negação das opressões étnico-raciais no contexto de um capitalismo periférico, que reforça a posição de populações e

territórios brasileiros como submissos aos ditames dos países mais ricos, brancos e imperialistas do Norte.

Para a melhor compreensão desse relato de experiência, faz sentido considerar como, nas últimas décadas, sobretudo com o advento da expansão da internet, dos *smartphones* e das redes sociais, uma quantidade significativa de pautas e discussões promovidas por divulgadores(as) científicos, comunicadores(as) de vários tipos, músicos(as), entre outros(as) tem alcançado a juventude com uma intensidade e uma velocidade que não ocorriam até os anos 1990. É verdade que os mecanismos de comunicação em rede são usados como ferramentas para disseminação de concepções fascistas e seus discursos odiosos e negacionistas, mas é preciso considerar que há disseminação de proposições de debates que instigam a reflexão da juventude sobre questões de luta e representatividade: “lugar de fala”, “privilégios da branquitude” e “empoderamento negro”, por exemplo, são expressões em circulação. Que estimulam reflexões e atitudes dos(as) jovens, como nas Jornadas de Junho de 2013, que deixaram um legado e repercutem nos movimentos sociais ainda hoje quanto às análises e formas de organização (Nunes, 2023).

Diante dessa breve contextualização histórica nacional e apontamento sobre os debates na atualidade, é relevante apresentarmos as características elementares de Poços de Caldas-MG, em que está inserida a E. E. David Campista, na região central da cidade, recebendo estudantes de realidades distintas, perfis diversos, de todas as regiões do Município, localizada no sul do estado de Minas Gerais, que conta com aproximadamente 164 mil pessoas quanto à população residente, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2021). Nessa escola, desenvolveu-se o Coletivo Negro, formado por estudantes e educadores(as).

O texto, de caráter memorialista, sobre a história de Poços de Caldas, disponível no *site* da Prefeitura, reproduz a narrativa das origens da cidade ligadas às águas termais descobertas no século XIX, possíveis por se encontrarem em terras de uma caldeira vulcânica, passando pelo

desenvolvimento da agropecuária,<sup>1</sup> especialmente a produção cafeeira, a importância da estação ferroviária da Mogiana, a constituição de cassinos na primeira metade do século XX e a presença de figuras ilustres (Sanches, 2021). A apresentação praticamente não diz sobre a história de Poços de Caldas e região entre as décadas de 1950 e 1980, um equívoco recorrente, visto que foi justamente nesse período que os setores de extrativismo mineral e processamento industrial, assim como o de serviços, ampliaram-se no Município, relacionadas às políticas de Estado desenvolvimentistas e consequências do movimento capitalista de globalização. Durante essas décadas, a população cresceu significativamente, atraindo cada vez mais trabalhadores(as) dos municípios vizinhos. Assim, Poços de Caldas tornou-se a maior cidade do sul do estado e um Município marcado também por uma significativa produção cultural.

Ao analisar de forma mais cuidadosa, porém, é possível perceber que Poços de Caldas e a região ao redor não podem ser compreendidas somente por compilados recortados informações de caráter oficiais, idílicos e episódicos, isto é, as histórias contadas pelas elites e seus colaboradores. Pelo contrário, dois traços importantes são as desigualdades sistêmicas e os apagamentos das contribuições das camadas populares. No *site* do projeto *Curas*, que se define como “uma plataforma de registro que envolve processos de pesquisa, documentação e construção de acervos afetivos, familiares e artísticos” (Projeto Curas, 2019) pesquisados no Município e em outras localidades do sul de Minas Gerais, fica expresso o esforço de contraposição decolonial diante da vigência das narrativas difundidas sobre a sociedade e a história da região. Ainda com base no texto inicial do *Curas*, que trabalha principalmente com os fazeres e saberes de mulheres negras (benzedeiras, congadeiras, mães de santo, entre outras), o objetivo é expor

Experiências e composições que em grande medida não estão representadas nos acervos institucionais da região sul mineira e que são diretamente afetadas por políticas de embranquecimento que não

---

<sup>1</sup> Segundo Ferreira (2016), na época da escravização, perceberam que as águas de Poços de Caldas-MG agradavam o gado, o que atraiu o interesse de pecuaristas para a região. Por conta disso, os negros(as) escravizados(as) foram levados(as) a esse espaço para a exploração de seu trabalho, gerando lucro para os detentores de poder da época. Como forma de resistência, trouxeram e perpetuaram na região sua cultura, que, desde então, é compartilhada entre gerações. Existem diversas práticas advindas da rica cultura africana, as quais, infelizmente, são muitas vezes desvalorizadas por conta do racismo estrutural.

reconhecem a expressão das presenças afro-indígenas no território (Projeto Curas, 2019).

A antropóloga Gabriela Acerbi, umas das idealizadoras, comenta que o projeto é uma forma de produzir e disponibilizar registros

Como uma forma de trazer à frente histórias que não foram tão privilegiadas [...] de um município que se entende enquanto alguma coisa, mas ele é um monte de outras coisas, e enfim... um monte de outras formas de estar na cidade, de entendê-la (Projeto Curas, 2019).

Acerbi acrescenta que

É necessário documentar, é necessário contar outras histórias, é necessário não negociar politicamente com situações que são inegociáveis e já passou da hora de serem completamente destruídas e, ao mesmo tempo, a gente entende que é um projeto que tem a intenção de falar sobre cura, porque é um projeto que tem intensão de falar sobre vida (Projeto Curas, 2019).

A David Campista e todos(as) os(as) que passaram por essa escola, seja como profissionais, estudantes, parceiros(as), mesmo que não tenham muita clareza a respeito, estão envoltos nesses embates sobre as concepções, narrativas e projetos elitistas vinculados a interesses econômicos e políticos capitalistas de apropriação da cidade, exploração e apagamento das camadas populares e a vida cotidiana perpassada por expectativas, vivências, elaborações e contradições daqueles que habitam o espaço escolar e a cidade (Tereza, 2023).

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) em vigência, a escola, criada em 1909 e instalada em 1922, recebeu esse nome em homenagem ao senador, professor, advogado e diplomata carioca, David Moretzsohn Campista. O prédio da escola foi projetado para ser uma estalagem para pessoas que buscavam tratamentos medicinais na cidade, conhecida por suas águas termais. A empresa responsável pelo negócio tinha o nome de Sanatorium, o qual estava estampado em partes do prédio, fato que levou à criação de lendas urbanas, ainda hoje repetidas pela escola e pela cidade, de que a instituição foi um manicômio (a partir desse ponto, a imaginação flui, com histórias de pessoas acorrentadas, maltratadas, almas penadas que continuariam vagando pelos corredores, porões e banheiros, etc.).

Com o passar do tempo, sobretudo nas últimas décadas, as características físicas e organizacionais da escola foram alteradas com a construção de salas de aulas, laboratórios, quadra coberta, ampliação da cozinha, abertura de turmas e novas modalidades de ensino, instalação de projetos e equipamentos. Em 2022, ano da última revisão dos dados que constam no PPP, a escola tinha cerca de 970 alunos(as) matriculados(as). A instituição chegou a ter quase 1.300 estudantes no período anterior à pandemia de covid-19, ocorrida entre 2020 e 2021.

Ainda segundo o documento, em seu marco referencial, no quinhão marco situacional, há o reconhecimento dos problemas do racismo e da concentração de renda na sociedade brasileira entre os elementos que fragilizam os laços sociais. E, à frente, no tópico sobre gestão democrática e participativa, em concordância com diretrizes do Ministério da Educação (MEC), há o combate ao racismo e valorização e estímulo à “construção do pertencimento racial dos estudantes negros”.<sup>2</sup> Nessa linha, recentemente, o Coletivo Negro foi inserido no PPP como um dos projetos desenvolvidos na escola, em alinhamento com a proposta pedagógica da instituição.

## **COLETIVO NEGRO EM BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

Embora as reflexões teóricas e os esforços de pesquisa sejam fundamentais para a atividade educativa e as lutas antirracistas, os movimentos, como o descrito neste relato de experiência, não seguem a lógica de construção de um projeto acadêmico ou político em seu sentido mais programático e pragmático, tampouco uma espécie de *startup* com metas, indicadores e outros elementos da gramática burocrática e empresarial. Não raro, torna-se um desafio em termos de compreensão para aqueles(as) que não possuem uma vivência ou uma dedicação analítica constante às dinâmicas dos movimentos sociais. Isso significa que a elaboração teórica também se constrói a partir do envolvimento e dos enfrentamentos. Não seria exagero salientar que essa

---

<sup>2</sup> Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual David Campista, Poços de Caldas-MG, 2022.



construção, que não segue o caminho da prancheta para o “laboratório social”, carrega em si um tipo de aprendizagem contrapositiva aos ímpetus coloniais.

As lutas dos grupos sociais, étnicos, raciais, dos campos por direitos mostram que se se pretende fazer da educação popular, da escola, do sistema uma instituição de avanço da igualdade torna-se urgente somar com os diferentes e desconstruir esses imaginários, essas estruturas culturais que reproduzem tradicionais processos de produzir diferentes em desiguais. De classificá-los, reprová-los e inferiorizá-los. Como equipar os militantes, docentes/educadores para resistir a esse peso de imaginários sociais, racistas que se perpetuam em nossa cultura política e pedagógica? Ao menos que nos cursos de formação recebam estudos aprofundados sobre a construção histórica desses imaginários, dessas formas inferiorizantes de pensar e tratar os educandos populares com os quais se encontrarão cada dia nas salas de aula ou na diversidade de projetos educativos populares. Por que o estudo dessa história da construção e manutenção da nossa estrutura cultural não tem um lugar central nos currículos de formação? Não apenas de formação dos educadores populares, nos movimentos sociais, dos professores do campo, indígenas, quilombolas, mas também daqueles que trabalharão nas escolas públicas populares? (Arroyo, 2021, p. 128).

Sendo assim, exercendo uma atividade intelectual, independentemente de sua função social e econômica, possibilitando o aproveitamento de experiências e valorizando esses saberes (Giroux, 1997), reconhecemo-nos como docentes reflexivos(as) e estimamos os relatos de experiências como possibilidades de exposição, debate e ampliação dos conhecimentos.

O Coletivo Negro da Escola Estadual David Campista teve início quando uma aluna do 1º ano do ensino médio procurou seu professor de História, e um dos autores deste texto, em meados de 2022, dizendo que, a partir de uma conversa que teve com seu tio, também professor de História e especialista em relações étnico-raciais, pensaram na organização de uma comissão para tratar as questões raciais na escola. O professor procurado pela estudante concordou com a proposta, porém, em vez de uma comissão, que teria contornos mais institucionais e burocráticos, sugeriu um coletivo, considerando inclusive sua experiência nesse tipo de movimento social. O primeiro passo, indicou o professor, seria que a educanda dialogasse com outros(as) estudantes, para

conseguirem um grupo interessado na proposta e verificar com a direção da escola se existiria alguma objeção para essa articulação.

A diretora da escola não viu problemas na formação do coletivo, mas afirmou que um professor ou uma professora deveriam acompanhar e orientar as atividades. Um grupo de estudantes, todos(as) negros(as), e a maioria meninas, inicialmente se interessou no engajamento para a construção do movimento no interior da escola. Assim, marcou-se a primeira reunião, e o Coletivo Negro começou a atuar.

As reuniões regulares se mostraram fundamentais para o funcionamento do movimento. No começo, as reuniões não tinham uma periodicidade definida, mas, no segundo semestre de 2022, eram realizadas a cada duas semanas; às vezes, três. Se necessário, porém, diante de emergências ou alguma ação prevista, poderiam ser menos espaçadas. No primeiro semestre de 2023, a indicação inicial era de que as reuniões fossem mensais, intercalando com outras tarefas. Porém, os(as) próprios(as) estudantes integrantes propuseram que as reuniões passassem a ser quinzenais. Para que as reuniões tivessem essa regularidade, assim como a execução de diversas atividades a serem realizadas com base na reunião de planejamento do ano, foi essencial a participação de outros(as) profissionais da escola, especialmente o ingresso da professora de Educação Física e, na época, coordenadora do Novo Ensino Médio (NEM) no turno da tarde, também autora deste artigo. Assim, esses professores(as) passaram a dividir o trabalho de orientar o grupo, sem, contudo, retirar ou diminuir o protagonismo dos(as) estudantes na mobilização e responsabilidade na execução das ações. Algo sempre repetido pelos(as) professores(as) durante as reuniões.

Para facilitar a comunicação, foi criado um grupo no mais popular aplicativo de troca de mensagens no Brasil. Nesse agrupamento, em que atualmente constam 50 estudantes e 4 educadores(as) (tanto entre educadores(as) quanto entre estudantes, os homens são minoria), são enviados lembretes de reuniões, compartilhados encaminhamentos dos encontros e socializadas indicações de leituras, vídeos e músicas, além de algumas informalidades e descontrações. O grupo não tem regras fixas, e todos podem

enviar mensagens. Nenhum problema sério de tratamento ocorreu nesse espaço virtual.

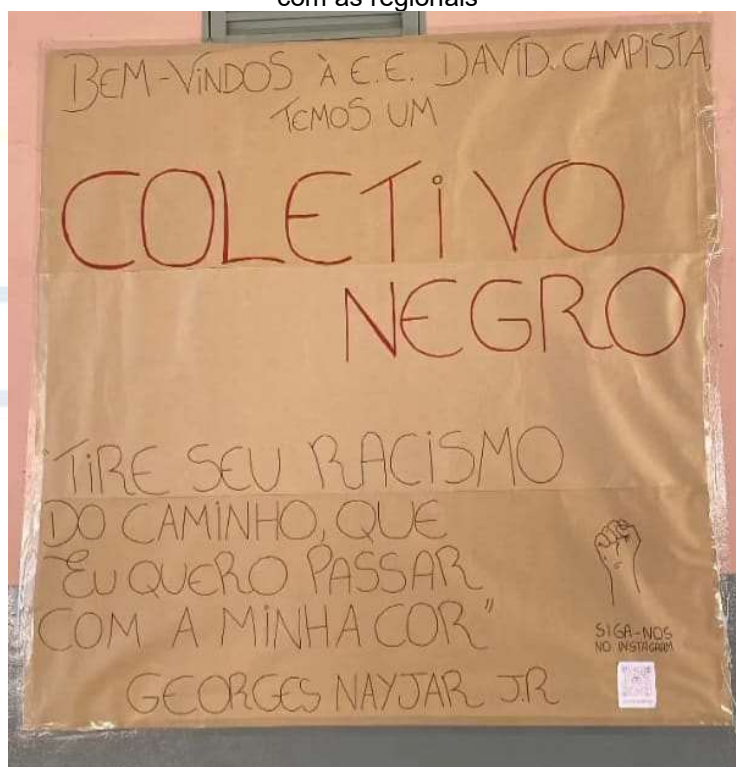
Nas reuniões presenciais, a média de participantes costuma variar geralmente entre 10 e 15 integrantes. A participação nas ações varia segundo a natureza de cada uma delas e a possibilidade de participação dos(as) militantes. No início do ano e durante as atividades realizadas pelo Coletivo Negro na escola, os(as) estudantes são informados(as) do funcionamento e propósitos do movimento e comunicados de que todos os interessados podem participar, inclusive não negros.

Nas reuniões, além de discussões e combinados objetivos e operacionais para a realização das intervenções, também são realizados estudos entre os(as) membros(as). Os textos estudados em reuniões, até o presente, foram *Pequeno manual antirracista*, de Djamila Ribeiro (2019), *Sobre Junho de 2013 e o movimento negro brasileiro contemporâneo*, de Paula Nunes (2023), e a introdução de *Nada os trará de volta*, de Edson Lopes Cardoso (2022). Também assistimos a clipes de artistas como Rincon Sapiência e Black Panthera. No grupo do aplicativo, já foram compartilhados diversos conteúdos, como das páginas *Pretas e Pretos no Poder* e *União Brasileira dos Estudantes Secundaristas* (UBES). A realização das ações também exige estudos específicos, como buscar notícias a serem divulgadas nas outras escolas, pesquisas sobre filmes exibidos e debatidos junto a outros(as) estudantes ou analisar materiais diversos para a realização das oficinas.

A atuação do Coletivo Negro na David Campista também despertou a atenção da Superintendência Regional de Ensino de Poços de Caldas (SRE Poços de Caldas), responsável por 17 municípios da região, que convidou os(as) estudantes para participarem de dois eventos realizados pela instituição. O primeiro foi o *II Seminário de Educação: educação especial e inclusiva: desafios e possibilidades*, com a presença de gestores(as) das escolas da região, realizado no prédio da própria SRE, no fim de 2022. Na ocasião, quatro estudantes que integram o coletivo apresentaram o movimento, as atividades já realizadas e aquelas em desenvolvimento. Em setembro de 2023, foi realizado outro encontro, com a presença de estudantes da Regional, que almoçaram em

nossa escola. Participou uma integrante do coletivo, que também representa os(as) alunos(as) no colegiado. O movimento confeccionou e afixou, em uma das paredes do pátio, em local visível, um cartaz informando da existência do coletivo na escola, com os seguintes dizeres: “Tire seu racismo do caminho, que eu quero passar com a minha cor”. Esse tipo de manifestação é importante, afinal o coletivo preza pela autonomia e fomento à criticidade, algo que os órgãos de ensino, no âmbito da institucionalidade, atravessados pelo caráter burocrático, tendem a arrefecer para acomodar.

Figura 1 - Cartaz informando a existência do Coletivo Negro na escola, no encontro realizado com as regionais



Fonte: rede social do Coletivo Negro da E. E. David Campista (2023).

Em maio de 2023, o movimento realizou uma mostra de filmes, nos três turnos, do 6º ano do fundamental à 3ª série do ensino médio. O mote para a realização da mostra, que passou pela aprovação da diretoria, foi o Treze de Maio, dia em que se comemora a Abolição da Escravidão, com a assinatura da Lei Áurea, nessa data, em 1888; e, no Município, se comemora o Dia de São

Benedito, sendo feriado municipal.<sup>3</sup> Os filmes exibidos abordavam diversos temas, como racismo no esporte, história do *rap*, discriminações no ambiente escolar, capoeira e religiosidade afro, juventude negra e acesso à universidade. Ao fim de cada exibição, unindo algumas turmas foi realizado um debate, dirigido pelos(as) membros(as) do coletivo, a respeito de questões apresentadas e provocadas pelos filmes, considerando sempre a importância do combate ao racismo para uma sociedade verdadeiramente justa.

Outra pauta foi que, durante as reuniões do ano de 2023, tornaram-se cada vez mais recorrentes as reclamações dos(as) estudantes coletivizados(as) em relação ao Novo Ensino Médio (NEM), sobretudo nos minutos iniciais dos encontros. Como geralmente ocorre entre jovens, mas não somente entre eles(as), os queixumes eram mais voltados a determinados(as) professores(as), ou seja, personificados. Sem desconsiderar a responsabilidade de cada docente como sujeito no processo educativo, que precisa assumir suas responsabilidades e, se necessário contrapor determinações lesivas à educação, estimulamos uma reflexão mais ampliada para pensarmos o NEM, saindo dos apontamentos direcionados aos indivíduos e passando à análise sistêmica.

Cabe lembrar que o Novo Ensino Médio, anunciado pelo governo ilegítimo de Michel Temer em 2016 e implementado a partir do ano seguinte, por meio da Lei 13.415/2017, consolidou, definitivamente, os preceitos neoliberais nesse nível de ensino da educação básica. Seu maior entusiasta e defensor, o deputado federal Mendonça Filho, quadro histórico da direita brasileira, atualmente filiado ao partido União Brasil, é um representante do empresariado

---

<sup>3</sup> Todos os anos, a tradicional festa ocorre em homenagem ao Santo Mouro, ao redor da igreja que leva seu nome, na região central da cidade. A festa conta com comidas típicas, brinquedos, jogos, apresentação de ternos de congos e grupos de caiapós. Existem embates sobre mudanças realizadas nos festejos no Município, sua perda de significado e apropriação cultural para fins comerciais e classistas, desconsiderando a tradição e a expressão da negritude. Esse debate diz muito sobre a sociedade poços-caldense, diante de questões indicadas no início deste texto. Para compreensão das discussões, recomendamos os documentários *Festa de São Benedito – um século de resistência* (2023); e *Retrato da cultura popular: a Festa de São Benedito* (2020).

no Congresso, vinculado à Fundação Lemann, do bilionário Jorge Paulo Lemann, na qual exerceu a função de consultor <sup>4</sup>.

Este Novo Ensino Médio, criticado desde o início por pesquisadores(as), educadores(as), estudantes e movimentos sociais, sob a justificativa de flexibilização, resultou no aumento da precarização, diante da ampliação das horas de estudo sem melhorias estruturais, da adição de disciplinas questionáveis em termos de objetivos educativos e da ampliação das desigualdades entre a educação pública e o mercado de ensino. Esse projeto, timidamente revisto pelo atual governo, contribui para o aumento da competitividade, a disseminação de mitos meritocráticos e a perda de sentido, que, somados a outros elementos de ordem socioeconômica, não resolvem problemas contínuos dessa etapa de escolarização, como os altos índices de reprovação e abandono.

O Novo Ensino Médio comporta premissas que não contribuem efetivamente para os debates e as lutas por reconhecimento, especialmente no que se refere à questão étnico-racial. Em aspectos qualitativos, quando avanços são alardeados, estes ocorrem sob o signo do neotecnicismo. Em termos políticos, pelo discurso frívolo da responsabilização individual e da tolerância e do respeito sob orientação pseudo-democrática e liberal. Portanto, se descartarmos exceções, como a apresentada neste trabalho, de caráter subversivo, oriundas de relações sociais constituídas na cotidianidade e movidas por um inconformismo genuíno, a tendência são atividades que estejam no escopo restritivo do que bem definiu o professor Luiz Carlos de Freitas, ao analisar as medidas conservadoras - mesmo que tenham aparência de progressista, com promessas de inclusão, configurando verdadeiros simulacros -, em voga: “nova direita, velhas ideias” (Freitas, 2018).

Então, para pensarmos melhor e construirmos uma ação, no grupo do aplicativo de mensagens, foi indicado o documentário *NEM (Novo Ensino Médio) – um fracasso anunciado*, de Carlos Pronzato (2023). Posteriormente, decidiu-se por um protesto. Uma grande faixa em papel pardo foi confeccionada

---

<sup>4</sup> Mendonça Filho volta a integrar o time de consultores da Fundação Lemann. Disponível em: <https://www.bj1.com.br/mendonca-filho-volta-a-integrar-o-time-de-consultores-da-fundacao-lemann/>. Acesso em 21 jan. 2025.

pelos(as) militantes e estendida nas escadas em frente à escola com as colocações: “Escola não é empresa: reforma racista e elitista; precisamos de infraestrutura; esvaziamento de conteúdos”. Uma rede de televisão local foi chamada para cobrir o ato, fez entrevistas, registrou imagens e publicou uma matéria, cuja edição não foi das mais felizes, na avaliação do coletivo. Uma foto foi tirada com os(as) integrantes nas escadarias, de punhos cerrados, junto à faixa, e publicada no perfil da rede social do Coletivo Negro, que foi compartilhada ou repostada pelos(as) participantes, juntamente com um texto de posicionamento, o que fez com que a postagem tivesse um considerável alcance.

Tanto em 2022 quanto em 2023, o movimento decidiu realizar uma série de atividades para marcar o Vinte de Novembro, Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, de acordo com a Lei nº 12.519/2011 (Brasil, 2011), que, com a Lei nº 14.759/2023 (Brasil, 2023), tornou-se feriado nacional. Esse período coincide também com a Semana de Educação para a Vida na rede estadual mineira, instituída nacionalmente pela Lei nº 11.988/2009 (Brasil, 2009), que tem por objetivo provocar as escolas para que contemplem temáticas importantes, conforme uma educação integral e cidadã, por meio de metodologias atrativas e diversificadas.

Em 2022, além das oficinas de tranças e trançados, *rap*, jogos e brincadeiras de matriz africana, conhecendo os orixás, bonecas *abayomi*, exposição de vestimentas afro-brasileiras e aulões de capoeira, seria realizada também a exibição do jogo da Copa do Mundo de Futebol entre Holanda e Senegal, para o turno da tarde, e um texto envolvendo as questões raciais, coloniais e os esportes seria lido nas salas, porém, essa última proposta, exibição da partida de futebol e texto não ocorreu a pedido de parte dos professores(as), que alegaram não poderem ceder suas aulas porque teriam de finalizar conteúdos ou desenvolver atividades avaliativas de fim de bimestre. Em 2023, as oficinas foram *mancala*, basquete de rua, *hip-hop* (dança), e repetimos, com reformulações, tranças e trançados, conhecendo os orixás e as rodas de capoeira. Nos dois anos, a presença dos(as) estudantes pontuou para os

componentes curriculares de Ciências Humanas, como uma forma de incentivo e reconhecimento pela participação.

Os(As) membros(as) do coletivo também reivindicaram lanches especiais à diretoria, especialmente a feijoada, uma das comidas preferidas dos(as) alunos(as), e que dialoga com a temática afro-brasileira. Em 2023, foram distribuídas cópias de um pequeno texto comentando sobre as origens do prato. Em dois intervalos, de manhã e à tarde, também foi realizada a Festa Black, com a presença de dois DJs, *rappers* e produtores culturais negros, que tem sido um sucesso de público na cidade. Na escola, a festa também foi bem-sucedida. No turno da manhã, os(as) estudantes queriam seguir aproveitando e demoraram para retornar às aulas regulares. Todas as oficinas foram desenvolvidas ou acompanhadas pelos(as) membros(as) da organização. Cabe acrescentar ainda que outras atividades semelhantes já haviam sido desenvolvidas na escola, em anos anteriores, especialmente com o Skate Basket Art Afro, realizado em 2018, contudo sem envolver os três turnos da escola como ocorreu sob a liderança do Coletivo Negro, com mais organicidade, contando com o protagonismo estudantil.

Figura 2 - Cartaz das atividades de outubro e novembro de 2022



Fonte: Arquivo pessoal dos autores e autoras (2022).



Essas movimentações despertaram o interesse de outras comunidades escolares, por isso, em 2023, o Coletivo Negro foi convidado por diversas escolas para compartilhar suas análises e articulações. Foram tantos os convites que nem todos puderam ser atendidos. Houve um convite de uma escola particular confessional de Poços de Caldas-MG que foi recusado, principalmente pelos(as) adolescentes. O questionamento era: “o que vamos fazer lá?”. Os(As) jovens engajados entenderam que poderiam não ser bem recebidos por outros(as) adolescentes, que a escola não dialoga com as premissas do movimento e que, no máximo, seriam vistos como uma espécie de alegoria folclórica. Alguns(as) poucos(as) tinham estudado naquela escola ou conheciam pessoas que estudavam lá. As escolas em que o Coletivo esteve foram: E. E. Major Leonel, em Cabo Verde-MG (Município a cerca de 60 km de Poços de Caldas), E. E. Doutor Edmundo Gouvea Cardillo (localizado na Zona Leste da cidade) e E. E. Padrão Parque das Nações (localizada na Zona Sul da cidade).

Para essas visitas, foi organizada uma ação nomeada *Juventude, negritude e futuro*, que contava basicamente com cinco momentos, auxiliados por um material montado em apresentação de *slides*: no primeiro, uma apresentação do Coletivo Negro e dos(as) membros(as) presentes naquele momento, com nome, idade, ocupações e suas perspectivas; no segundo, uma dinâmica em que estudantes da escola anfitriã se reuniam em pequenos círculos e diziam nome, o que gostariam de estudar e que profissão gostariam de ter no futuro, e cada um(a) deveria repetir o que disseram os dois últimos colegas no círculo, acrescentando sua contribuição, e assim seguia sucessivamente; no terceiro, os(as) membros(as) do coletivo apresentavam e explicavam, em linhas gerais, capítulos do livro *Pequeno Manual Antirracista* (Ribeiro, 2019); no quarto, liam e comentava brevemente notícias recentes envolvendo casos de racismo; por fim, um tempo para perguntas, colocações e um fechamento visando a relacionar as questões próprias da juventude, a necessidade de se dedicar e buscar elaborar possibilidades melhores para nossas vidas e como as discriminações negativas de ordem racial são prejudiciais especialmente para pessoas negras, mas também para a sociedade como um todo.

Discutindo sobre as ações a serem realizadas em novembro, o coletivo entendeu que seria necessário também um momento formativo para todos(as) os(as) profissionais da escola. Porém a gestão não se mobilizou muito no sentido de convidar, exigir ou facilitar para que profissionais da secretaria, limpeza, cozinha, direção e suporte estivessem presentes. A formação, realizada durante a reunião pedagógica semanal, foi conduzida por um professor de História, especialista em questões étnico-raciais, que, inclusive, elaborou uma unidade curricular que figura no catálogo de disciplinas eletivas para o Novo Ensino Médio em Minas Gerais, intitulada *Relações Étnico-Raciais e Racismo no Brasil* (Minas Gerais, 2024). Esse educador é o tio da aluna que propôs inicialmente a construção de um grupo antirracista na escola, a partir de um diálogo que tiveram.

O professor discorreu sobre *Educação antirracista: desafios, possibilidade e diálogos possíveis*. O tema abarcou os efeitos negativos do regime escravista e pós-escravista com legislações restritivas, outras leis de combate ao racismo; especialmente de ações afirmativas, necessidade de repensarmos nossas relações considerando os privilégios da branquitude, sugestões de atividades para as áreas de Linguagem, Matemática e Ciências da Natureza, compartilhando, por fim, sugestões de leitura. No fim da palestra, os(as) membros(as) do coletivo distribuíram letras da música *Negro drama*, dos Racionais MC's, ouviram com os(as) professores(as) e comentaram brevemente.

Essa ação se mostrou de grande relevância, até porque, durante o encontro, alguns(as) educadores(as) expuseram dúvidas e percepções que explicitaram fragilidades na compreensão das questões étnico-raciais no Brasil. Despontaram algumas incompreensões e distorções que deixaram preocupados(as) os(as) estudantes membros(as) do coletivo. Porém, em uma reunião posterior do movimento, dialogamos sobre a relevância de os(as) profissionais fazerem seus apontamentos, até para que eles possam ser discutidos e esclarecidos, e que provavelmente outros educadores(as) também teriam dificuldades de entendimento promovidos por pontos de vista comprometidos e que silenciaram. E o silêncio em momentos assim, para nós, é

problemático. Afinal, é preciso entender o racismo como um sistema que nega direitos. Concordamos com Ribeiro (2019) de que é preciso falar sobre negritude e também sobre branquitude, para que possamos perceber que o racismo está presente em nossa sociedade e que, muitas vezes, passa despercebido, sendo o silêncio cúmplice da violência.

Não faz sentido pensar que, com a atuação constante do Coletivo Negro na E. E. David Campista, os casos envolvendo intolerância e ofensas raciais simplesmente desapareceram. Se vivemos em uma sociedade racista, mesmo com o trabalho educativo antirracista desenvolvido, existirão reproduções dessa forma de violência, ainda mais com o crescimento do chamado racismo recreativo, por meio de redes sociais. E é preciso considerar que, quando há posicionamentos firmes contra atitudes de opressão, em um movimento dialético, aqueles(as) que carregam, por diversos motivos, o ímpeto do ódio, tendem a se sentirem incomodados(as) e buscam externar seus ressentimentos de alguma maneira, os quais precisam ser devidamente trabalhados, e isso faz parte do processo educativo.

De acordo com Carolina Cristina dos Santos Nobrega (2021), é preciso destacar os pontos que dificultam a implementação da Lei nº 10.639/2003 na escola pública. Algumas situações que devem ser analisadas estão diretamente ligadas às ações da equipe escolar, que necessitam ser debatidas e levadas em consideração pelas instituições de ensino. São elas: o silêncio e a manutenção desse silêncio ao interpretar o racismo como uma violência externa; a negligência das denúncias apresentadas pelos(as) estudantes negros(as); e as justificativas para amenizar e desprezar as atitudes e discursos racistas.

Diante, portanto, de alguns casos ocorridos durante o ano, aos quais o coletivo esteve atento, no mês de setembro, foi criado um mecanismo de denúncia, constituído de um cartaz informativo, afixado em todas as salas, mediante explicação dos ativistas, citando a Lei nº 7.716/1989 (Brasil, 1989), que dispõe sobre crimes de ordem racial, com acesso a um formulário de denúncia, vinculado ao *e-mail* de uma professora que integra o coletivo, por meio de um código QR. Elucubramos em reunião sobre como procederíamos com as denúncias que chegassem e concluímos que elas seriam levadas à diretoria,

para que medidas fossem tomadas. Caso fossem consideradas insuficientes, levaríamos ao conhecimento de outras autoridades para além da escola, de forma que a atuação do movimento não fosse de executar qualquer investigação ou punição, mas de facilitar o acolhimento de queixas e direcioná-las para o devido tratamento e resolução. Até o fim do ano, o formulário não recebeu denúncias, entretanto percebemos um refrear de falas e, ou, posturas racistas.

Desde o início do ano de 2023, o Coletivo Negro, destacadamente os(as) estudantes, passou a pleitear uma viagem que pudesse acrescentar conhecimentos aos(as) membros(as) do movimento e que também significasse, obviamente, um momento de diversão, que também faz parte do processo educativo. Depois de algumas dificuldades, com o apoio financeiro da direção da escola, que promoveu uma licitação para contratação de um ônibus, a viagem foi viabilizada. Professores(as) integrantes do coletivo entraram em contato com as instituições, e o roteiro envolveu o Museu Afro Brasil e o Memorial da Resistência, em São Paulo-SP. Na volta, houve uma parada no Parque Dom Pedro Shopping, em Campinas-SP.

Primeiramente, as vagas foram asseguradas aos(às) integrantes do agente social. Como nem todas foram preenchidas, as turmas foram avisadas da viagem e foi elaborada uma lista de interessados(as). Uma comissão formada por quatro estudantes e uma professora do coletivo analisaram os nomes, considerando dois critérios: ser negro (porém ainda sobraram vagas para alunos(as), professores(as) não negros(as)) e inclinação para com as lutas antirracistas. A viagem, com as visitas, ocorreu em meados do segundo semestre e foi elogiada por todos(as).

Duas últimas atividades que merecem ser compartilhadas foram a criação e a manutenção de um perfil do Coletivo Negro em uma rede social, voltada especialmente para fotos e vídeos, e a confraternização de fim de ano. A primeira precisa ser aprimorada, pois o perfil não traz todas as ações realizadas durante este período de existência e atuação, a dinâmica de postagens tem sido lenta e irregular, e certas dificuldades na elaboração dos textos-legendas também têm impedido o perfil de ser um meio de divulgação mais eficiente. Já a

confraternização,<sup>5</sup> realizada no fim de 2023, em uma pizzaria, foi muito agradável e demonstrou ter potencial para unir ainda mais os(as) integrantes, fortalecendo as lutas do coletivo, por meio da diversão e do afeto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, vivemos em uma sociedade profundamente marcada pela violência, ou melhor, por diversas violências e por formas sofisticadas de imprimilas. Nesse contexto, advindo de uma construção histórica, a escola pública e as juventudes são constantemente agredidas e também reproduzem as agressões, negligenciando direitos, inclusive o direito às possibilidades de compreensão de si.

Embora a Lei 10.639/03, que trata da inserção da história e da cultura afro-brasileiras nos currículos escolares, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tenha mais de duas décadas de vigência, ainda há muito a avançar. Deixando de lado as instituições privadas, nas quais é mais difícil, por vezes impossível, investigar a efetividade da implementação dessa determinação legal, que influi (ou deveria influir) sobre os currículos e programas, e nos concentrando na escola pública, espaço concreto de educação, fica evidente os desafios para o cumprimento da Lei.

Notoriamente, existem questões de ordem objetiva, como a carência de materiais pedagógicos complementares adequados e a formação consistente de professores(as) com conhecimentos e referências para trabalhar tais temáticas sob o viés de uma educação étnico-racial coerente com os princípios de diversidade e inclusão, conforme determinado por outros instrumentos legais a partir da Constituição Federal (1988) e dos Direitos Humanos (1948).

No entanto, há uma questão substancial e complexa que se estabelece nas sociabilidades cotidianas construídas historicamente nesse experimento colonial eurocêntrico, nessa empresa colonial profundamente marcada pela escravidão, que é o Brasil. Prevalecem na sociedade brasileira os fundamentos

---

<sup>5</sup> Durante a confraternização, os(as) autores(as) propuseram a construção deste artigo, sendo prontamente aprovado por todos(as) os(as) presentes. Em fevereiro de 2024, o texto base foi lido coletivamente com o grupo, e todos(as) concordaram com a redação, não havendo objeções.

autoritários que insistem no movimento de manutenção da população em caráter subserviente (Souza, 2021). Isso se reflete fortemente nas escolas e reforça o racismo. De tal maneira que os estudos e as ações de difusão da cultura e da história afro-brasileira acabam limitados, impedidos ou circunscritos ao nível do exótico e da folclorização. Sendo que, como afirmado, trata-se de outra coisa: a constituição endógena da sociedade brasileira.

Assim, diante das mais diversas manifestações de opressão, não podemos nos perder em termos analíticos, o que também é uma artimanha para a continuidade e o aprofundamento das opressões. Achille Mbembe (2018), pensador camaronês, reafirma a centralidade do capitalismo (em sua faceta neoliberal) e do racismo (sob as premissas coloniais) como estruturantes da exploração sistêmica, que, em sua análise, por meio da profunda precarização no mundo do trabalho e retirada das possibilidades de vida e desenvolvimento, fazendo enormes contingentes da população mundial de farrapos humanos, a lógica implantada aos negros por meio da escravização tende a ser a realidade prevaiente, e agora não somente aos negros.

Para o sucesso deste empreendimento, os mecanismos de repressão devem ter atuação constante e administração eficiente, incluindo aparelhos como a escola, a difusão de ideologias e o aparato militar. Não é sem propósito que comportamentos e faíscas autênticas de rebeldia das juventudes sejam tratados como casos de polícia. Consideramos que não se pode confundir a reação do oprimido com a violência do opressor, como ensinou Malcom X, contudo definitivamente isso não faz parte da gramática das camadas dirigentes, dos mais altos cargos e funções, até à escola, seus(as) diretores(as), professores(as), e demais profissionais.

Dizemos isso porque a própria existência de um Coletivo Negro no interior de uma escola pública, que se afirma como um movimento social, pode despertar a desconfiança e a repressão (ou desejo de repressão). Esse posicionamento vigilante e coercitivo está em consonância com a criminalização dos movimentos sociais pelo País e pelo mundo, especialmente diante do fortalecimento do ideário fascista, com partidos e figuras políticas sendo eleitas e a irresponsabilidade de meios de comunicação em combater discursos de ódio,

questões que afetam diretamente os(as) jovens. Por outro lado, como desenvolve a ativista e professora Nilma Lino Gomes (2017), o movimento negro, como sujeito social e político, tem um enorme potencial educador. Então, conforme estudantes e educadores(as) desenvolvem suas reflexões e ações (e não custa lembrar que refletir já é uma ação), desenvolvem saberes essenciais para lutas emancipatórias, tensionando a comunidade escolar a considerar debates e rever suas atitudes, de modo a valorizar essencialmente o reconhecimento de todos, todas e as complexidades curriculares, institucionais, econômicas e políticas perpassadas pela racialização, que, como discorre Gomes (2017), devem ser examinados e projetados em outra chave, isto é, não como ocorreu para classificar e dominar, mas como via de solidariedade, justiça e liberdade.

A valorização estética dos negros, a compreensão da religiosidade afro-brasileira, a recuperação histórica da contribuição da negritude em diversas áreas, a divulgação e o entendimento das expressões da juventude negra periférica, a compreensão da importância das ações inclusivas e afirmativas, a valorização da organização e da subversão crítica que perpassam as atividades do Coletivo Negro da E. E. David Campista têm desenvolvido, no espaço escolar (e isso já significa dizer para além dele, já que a escola é perpassada e necessariamente imbricada aos mais diversos aspectos da realidade social, como descritas neste relato de experiência), um movimento de inferência sociopedagógica.<sup>6</sup>

Esse movimento, como afirma a professora e comunicadora antirracista Bárbara Carine Pinheiro (2023), formula elementos de projeção de uma necessária implosão (pedagogia da implosão), impactando os construtos da branquitude (e da burguesia), centrada em concepções e padronizações europeias hegemônicas em detrimento das diversidades étnicas, epistemológicas, corpóreas.

---

<sup>6</sup> Sociopedagógico é um termo utilizado pelo sociólogo Miguel Arroyo (2014).

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CARDOSO, Edson Lopes. **Nada os trará de volta**: escritos sobre racismo e luta política. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF: Presidência da República, 1989. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7716.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm). Acesso em: 19 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 17 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.988, de 27 de julho de 2009**. Cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o País, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/l11988.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11988.htm). Acesso em: 18 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011**. Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/lei/l12519.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12519.htm). Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.759, de 21 de dezembro de 2023**. Declara feriado nacional o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2023-2026/2023/lei/l14759.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/l14759.htm). Acesso em: 19 fev. 2024.



FERREIRA, Ana Paula. As regiões brasileiras e o nosso patrimônio: experiência de educação patrimonial. **Criar Educação**, Criciúma, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em:  
<https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/2852/2637>.  
Acesso em: 15 fev. 2024.

FESTA de São Benedito – um século de resistência – Poços de Caldas. Direção: Juliano Silva. Poços de Caldas: Juliano Silva Comunicação & Eventos, 30 jan. 2023. 1 vídeo (80 min). Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=72bQVOcyzDw>. Acesso em: 9 jan. 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de Freitas. **A reforma empresarial na educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GIROUX, Henry A. Os professores como intelectuais transformadores. In: GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 157-164.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A.; RIOS, Flavia; SOTERO, Edilza. Coletivos negros e novas identidades raciais. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 309-327, 2020. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/nec/a/vWCWgfkQDBqTLWVVJLgziCN/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**: Poços de Caldas. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em:  
<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/pocos-de-caldas.html>. Acesso em: 30 jan. 2024.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Paris: n-1 edições, 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. Superintendência de Políticas Pedagógicas. Diretoria de Ensino Médio. **Catálogo de eletivas 2024**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2024.

NEM (Novo Ensino Médio) – um fracasso anunciado. Direção: Carlos Pronzato. [s.l.]: Carlos Pronzato, 20 maio 2023. 1 vídeo (38 min). Disponível em:  
[https://www.youtube.com/watch?v=JaxUs\\_6VG7k](https://www.youtube.com/watch?v=JaxUs_6VG7k). Acesso em: 19 fev. 2024.

NOBREGA, Carolina Cristina dos Santos. Narrativas Quilombolas na Educação Física escolar. In: MALDONADO, Daniel Teixeira; FARIAS, Uirá de Siqueira; NOGUEIRA, Valdilene Aline (org.). **Linguagens na Educação Física escolar: diferentes formas de ler o mundo**. Curitiba: CRV, 2021.

NUNES, Paula. Sobre junho de 2013 e o movimento negro brasileiro contemporâneo. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria Caraméz. **Junho de 2013: a rebelião fantasma**. São Paulo: Boitempo, 2023.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PROJETO CURAS. **Quem somos**. Poços de Caldas: Curas, 2019. Disponível em: <https://projetocuras.com.br/quemsomos/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

RETRATO da cultura popular: a Festa de São Benedito. Poços de Caldas: Poços Curte em Casa, 9 dez. 2020. 1 vídeo (42 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xoJ5cJeb890>. Acesso em: 9 jan. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANCHES, Sônia Maria. **História**. Poços de Caldas: Prefeitura Municipal, 2021. Disponível em: <https://pocosdecaldas.mg.gov.br/a-cidade/historia/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

TEREZA, Cleiton Donizete Corrêa. **Trabalho, educação e cultura pelos jovens batalhadores**: das ideologias capitalistas às possibilidades de insurgência. 2023. 180 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.